

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

**A PERDA DA SALVAÇÃO E O LIVRE-ARBÍTRIO SEGUNDO A TEOLOGIA DE
JACÓ ARMÍNIO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-SISTEMÁTICA.**

ERONILDO GUILHERME DA SILVA

São Paulo

2026

ERONILDO GUILHERME DA SILVA

**A PERDA DA SALVAÇÃO E O LIVRE-ARBÍTRIO SEGUNDO A TEOLOGIA DE
JACÓ ARMÍNIO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel de Bacharel em Teologia, pela
Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Professor Orientador: Prof. Me. Joerley Orlando
de Oliveira Cruz.

São Paulo

2026

Silva, Eronildo Guilherme da.

A perda da salvação e o livre arbítrio segundo a Teologia de Jacó Armínio: uma abordagem histórico-sistemática. / Eronildo Guilherme da Silva. - São Paulo, 2026.

44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) -

Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Orientadora: Prof. Me. Joerley Orlando de Oliveira Cruz

1. Armínio. 2. Livre-Arbítrio. 3. Graça Preveniente. 4. Salvação. 5. Apostasia I. Título. II. Cruz, Joerley Orlando de Oliveira.

CDD 234.9

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Eronildo Guilherme da Silva

**A PERDA DA SALVAÇÃO E O LIVRE-ARBÍTRIO SEGUNDO A TEOLOGIA DE JACÓ
ARMÍNIO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-SISTEMÁTICA.**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Joerley Orlando de Oliveira Cruz

Leitor: Prof.

São Paulo

2026

Dedicatória.

Ao meu Deus,

por me guardar e me sustentar até aqui.

A minha esposa Daniela,

por me compreender, e me incentivar sempre nos meus estudos.

A minha filha Beatriz,

por compreender a minha ausência para me dedicar ao estudo.

Agradecimentos

Em Primeiro lugar a Deus que me deu discernimento, força, sabedoria e saúde para chegar até o final.

A Minha esposa que me incentivou a continuar abrindo mão de momentos juntos, entendendo a necessidade de dedicação as aulas para concluir com sucesso cada etapa.

A Primeira Igreja Batista em Jardim felicidade, que me proporcionou essa benção, custeando as mensalidades da Faculdade.

Ao Pastor Sinézio Damasceno Filho, que viu em mim o chamado, e me enviou para a Faculdade.

Ao meu Pastor Rondineli Queiroz, que sempre esteve me oferecendo ajuda naquilo que eu precisasse.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a doutrina da perda da salvação e o livre-arbítrio à luz da teologia de Jacó Armínio, por meio de uma abordagem histórico-sistemática. Inicialmente, investiga-se o contexto histórico e teológico no qual Armínio desenvolveu seu pensamento, destacando sua formação dentro da tradição reformada e suas divergências em relação ao calvinismo clássico. Em seguida, examina-se o conceito de livre-arbítrio na teologia arminiana, enfatizando a condição humana marcada pela depravação e a atuação da graça preveniente como elemento essencial para restaurar a capacidade de resposta do ser humano à oferta da salvação. Também são abordados temas como eleição condicional, graça resistível e responsabilidade moral. Por fim, o estudo analisa a possibilidade da perda da salvação, considerando a perspectiva cautelosa de Armínio e a interpretação de textos bíblicos relevantes, como Hebreus 6:4–6 e 2 Pedro 2:20–22. Conclui-se que a teologia arminiana busca equilibrar a soberania divina e a liberdade humana, mantendo aberta a discussão acerca da apostasia, sem estabelecer uma posição dogmática definitiva.

Palavras-chave: Armínio; livre-arbítrio; graça preveniente; salvação; apostasia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the doctrine of the loss of salvation and free will in light of the theology of Jacob Arminius, through a historical-systematic approach. Initially, the historical and theological context in which Arminius developed his thought is investigated, highlighting his formation within the Reformed tradition and his divergences in relation to classical Calvinism. Next, the concept of free will in Arminian theology is examined, emphasizing the human condition marked by depravity and the action of prevenient grace as an essential element to restore the human being's capacity to respond to the offer of salvation. Themes such as conditional election, resistible grace, and moral responsibility are also addressed. Finally, the study analyzes the possibility of the loss of salvation, considering Arminius' cautious perspective and the interpretation of relevant biblical texts, such as Hebrews 6:4–6 and 2 Peter 2:20–22. It is concluded that Arminian theology seeks to balance divine sovereignty and human freedom, keeping the discussion about apostasy open without establishing a definitive dogmatic position.

Keywords: Arminius; free will; prevenient grace; salvation; apostasy.

1. Introdução.....	1
2. CAPÍTULO 1: BIOGRAFIA DE JACÓ ARMÍNIO, DESENVOLVIMENTO DA SUA TEOLOGIA E CONTEXTO HISTÓRICO.	
1.1 BIOGRAFIA DE ARMINIO.....	2
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA TEOLOGIA ARMINIANA.....	8
1.3 DESENVOLVIMENTO DA TEOLOGIA DE ARMINIO.....	9
3. CAPÍTULO 2: PENSAMENTO DE ARMINIO A CERCA DO LIVRE ARBITRIO.	
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E TEOLÓGICO DO PENSAMENTO DE ARMÍNIO.....	11
2.1.1 A CONDIÇÃO HUMANA E A DEPRAVAÇÃO.....	12
2.1.2 A GRAÇA PREVENIENTE E A LIBERTADE DA VONTADE HUMANA.....	12
2.1.3 LIVRE ARBITRIO E A RESPONSABILIDADE HUMANA.....	16
2.1.4 ELEIÇÃO CONDICIONAL	17
2.2 GRAÇA RESISTÍVEL.....	20
2.2.1 IMPLICAÇÕES SOTERIOLÓGICAS DO LIVRE ARBITRIO	21
4. CAPÍTULO 3: A POSSIBILIDADE DA PERDA DA SALVAÇÃO.	
3.1 POSSIBILIDADE DE APOSTASIA.....	24
3.1.1 EXEGESE DO TEXTO DE HEBREUS 6: 4-6.....	26
3.1.2 EXEGESE DO TEXTO DE 2 PEDRO 2:20-22.....	28
3.1.3 CONFISSÃO REMONSTRANTE.....	29
3.1.4 CONSIDERAÇÕES FINAS.....	33
3.1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

A relação entre a soberania divina e a responsabilidade humana constitui um dos temas mais debatidos na teologia cristã, especialmente no que se refere à doutrina da salvação. Dentro desse contexto, o pensamento de Jacó Armínio destaca-se como uma proposta que busca conciliar a ação soberana de Deus com a liberdade moral do ser humano. Sua teologia surge em um ambiente marcado por intensos debates no período pós-Reforma, especialmente em torno da doutrina da predestinação.

Tradicionalmente formado na teologia reformada, Armínio passou a questionar algumas interpretações calvinistas, sobretudo aquelas relacionadas à predestinação incondicional. A partir de suas investigações bíblicas e reflexões teológicas, desenvolveu uma compreensão alternativa, enfatizando a graça preveniente, a eleição condicional e a possibilidade de resistência à graça divina. Esses elementos constituem o núcleo da teologia arminiana e influenciaram profundamente o desenvolvimento posterior do pensamento cristão.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a doutrina da perda da salvação e o livre-arbítrio segundo a teologia de Jacó Armínio, por meio de uma abordagem histórico-sistemática. Para tanto, inicialmente serão apresentados o contexto histórico e o desenvolvimento de sua teologia. Em seguida, será examinado o conceito de livre-arbítrio e suas implicações Soteriológicas. Por fim, será discutida a possibilidade da perda da salvação, à luz do pensamento de Armínio e da interpretação de textos bíblicos relevantes.

A relevância deste estudo reside na contribuição para o entendimento de uma das principais correntes teológicas do cristianismo, oferecendo uma reflexão equilibrada sobre temas fundamentais como graça, liberdade e perseverança na fé.

2.Capítulo 1

1.1 Biografia de Jacó Armínio, Desenvolvimento da sua Teologia e Contexto Histórico.

JACÓ ARMÍNIO nasceu em Oudewater, uma pequena cidade perto de Utrecht, na Holanda, no ano de 1560. Seus pais eram pessoas respeitadas da classe média. Seu pai era um mecânico engenhoso que atuava no comércio como cuteleiro. Seu sobrenome era Herman, ou, segundo alguns, Harmen. Como era de costume aos homens daquela época, que latinizavam os seus próprios nomes, ou os substituíam por nomes latinos que se adequassem mais a eles no som ou no significado, Armínio escolheu o nome do líder célebre dos alemães do início do primeiro século. Enquanto Armínio ainda era uma criança, seu pai morreu, e ele, juntamente com um irmão e uma irmã, foi deixado aos cuidados de sua mãe viúva. Theodore Aemilius, um clérigo de piedade e educação distintas, que na época residia em Utrecht, familiarizou-se com as circunstâncias da família e encarregou-se da educação da criança. Armínio residiu com esse homem excelente até seu décimo quinto ano, quando a morte o privou de seu patrono. Durante esse período, ele exibiu traços incomuns de genialidade, e foi inteiramente instruído nos elementos da ciência e, em particular, nos rudimentos das línguas latina e grega. Ele foi levado a dedicar-se ao serviço de Deus, e tornou-se, embora muito jovem, um exemplo de homem piedoso.

Nessa época, Rudolph Suellius, natural de Oudewater, morava em Marpurg, em Hesse. Rudolph mudou-se para Marpurg a fim de afastar-se da tirania dos espanhóis. Ele era um homem de grande renome no ensino da matemática e das línguas. Ao visitar sua terra natal, Rudolph familiarizou-se e se interessou por seu jovem conterrâneo, e o convidou a ir a Marpurg, sob seu próprio patronato. Armínio o acompanhou, mas pouco depois de iniciar seus estudos na Universidade, recebeu as notícias pesadas de que a sua cidade natal havia sido destruída pelo exército espanhol. Ele voltou para a Holanda, e encontrou seus piores medos realizados: sua mãe, seu irmão e sua irmã estavam entre as vítimas da matança indiscriminada que ocorreu após a captura da cidade. Ele refez seus passos tristemente em direção a Marpurg, fazendo a viagem toda a pé. (ARMÍNIO 2015.vol.1 p.18)

Durante o mesmo ano (1575) foi inaugurada a nova universidade holandesa em Leiden, sob os auspícios de Guilherme I, Príncipe de Orange. Assim que Armínio soube que a nova instituição havia aberto as portas para a admissão de alunos,

preparou-se imediatamente para voltar para a Holanda, e logo ingressou como estudante em Leiden. Ele permaneceu ali durante seis anos, ocupando a mais alta posição no conceito de seus instrutores e de seus colegas estudantes. Ao término desse período, em seu vigésimo segundo ano, Armínio foi recomendado para as autoridades municipais de Amsterdã como um jovem de grande promessa para a utilidade futura, e especialmente digno de seu patronato. Essas autoridades assumiram imediatamente as custas da conclusão dos estudos acadêmicos de Armínio, enquanto Armínio, por sua vez, deu-lhes um título escrito, no qual se comprometeu a dedicar o resto de sua vida, após a sua admissão às Ordens Sacras, ao serviço da igreja naquela cidade, e a não se envolver em nenhum outro trabalho e não ocupar nenhum outro cargo sem a sanção especial dos burgomestres.

Ele foi imediatamente para Genebra, sendo atraído para lá principalmente pela reputação do célebre Beza, que na época estava ministrando naquela Universidade. No entanto, Armínio permaneceu ali durante pouco tempo, pois foi ofendido por alguns dos professores por defender Ramus e seu sistema de dialética em oposição ao sistema de Aristóteles. Ele então se retirou para a Universidade da Basileia, e residiu ali por um ano, durante uma parte do qual, como era de costume para os melhores alunos de graduação, ministrou aulas expositivas sobre temas teológicos, tendo como base o curso universitário comum. Por essas e outras exposições de sua erudição, Armínio adquiriu grande reputação, e, na véspera da sua partida da Basileia, a Faculdade de Teologia na Universidade da Basileia ofereceu-lhe o título e o diploma de Doutor. Ele recusou esse título modestamente, alegando, como motivo, sua juventude.

O sentimento despertado contra ele na Universidade de Genebra por conta de sua adesão à filosofia de Ramus diminuiu de forma considerável. Ele então retornou para aquela universidade, e permaneceu ali durante três anos, dedicando-se ao estudo da divindade. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.19)

No final desse período, vários de seus jovens compatriotas que também estavam estudando em Genebra partiram rumo a uma excursão pela Itália. Armínio decidiu fazer uma excursão semelhante, e foi particularmente inclinado a realizar a viagem pelo desejo de ouvir James Zabarella, que naquela época era um professor

de Filosofia da Universidade de Pádua, altamente distinto. Ele permaneceu em Pádua durante um curto espaço de tempo, e também visitou Roma e alguns outros lugares da Itália. Essa viagem foi consideravelmente vantajosa para ele, uma vez que lhe proporcionou a oportunidade de familiarizar-se, através da observação pessoal, com o “mistério da iniquidade”. Além disso, pode explicar o zelo e o vigor com os quais Armínio se opôs posteriormente a muitas das doutrinas e pressupostos do papado. No entanto, a excursão foi temporariamente prejudicial para Armínio, tendo em vista que ele incorreu no desagrado de seus patronos, isto é, o Senado de Amsterdã. É provável que esse descontentamento tenha sido originado e intensificado por algumas pessoas perversas que deturparam gravemente as motivações de Armínio ao visitar a Itália. Mas tudo isso caiu por terra através das declarações de Armínio em seu retorno à Holanda, no outono de 1587. No início do ano seguinte, depois de um exame perante a Classe de Amsterdã, Armínio foi licenciado para pregar, e a pedido das autoridades da igreja, iniciou o seu ministério público naquela cidade. Seus esforços no púlpito foram recebidos com muita predileção, de modo que ele foi chamado, com unanimidade, para o pastado da igreja holandesa em Amsterdã, tendo sido ordenado no décimo primeiro dia de agosto de 1588. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.20).

Certas circunstâncias ocorreram durante o ano seguinte, fatos que, em seu resultado, exerceram uma grande influência sobre os pontos de vista doutrinários de Armínio, e no final conduziram Armínio a adotar o sistema que leva seu nome. No ano de 1578, Coornhert, um homem profundamente religioso, e que havia prestado serviços importantes ao seu país e à Reforma, colocando sua própria vida em risco, em uma discussão com dois ministros calvinistas de Delft, atacou os pontos de vista peculiares de Calvino sobre a Predestinação, a Justificação e a punição dos hereges com a morte de forma magistral e popular. Ele então publicou seus pontos de vista e defendeu uma teoria substancialmente conhecida posteriormente como a teoria arminiana, embora parte de sua fraseologia não estivesse guarnecida o suficiente.

Seu panfleto foi respondido em 1589 pelos ministros de Delft, mas em vez de defender o ponto de vista supralapsariano de Calvino e Beza, que havia sido o objeto particular do ataque de Coornhert, eles apresentaram e defenderam as visões mais

baixas ou sublapsarianas, e atacaram a teoria de Calvino e Beza. O panfleto dos ministros de Delft foi transmitido a Armínio por Martin Lydius, professor em Franeker, pedindo que Armínio defendesse o seu ex-preceptor. Ao mesmo tempo, o senado eclesiástico de Amsterdã pediu-lhe para expor e refutar os erros de Coornhert. Ele iniciou o trabalho imediatamente, mas ao pesar detalhadamente os argumentos a favor do ponto de vista supralapsariano e os argumentos em prol do sublapsarianismo, Armínio inclinou-se a este último, em vez de refutá-lo. Ao continuar suas pesquisas, Armínio dirigiu-se para o estudo mais diligente das Escrituras, e as comparou diligentemente com os escritos dos primeiros patriarcas e com os escritos de teólogos posteriores. O resultado dessa investigação foi a sua adoção da teoria particular da Predestinação que leva seu nome. Inicialmente, para o bem da paz, ele se reservou em suas expressões, e evitou fazer referências especiais ao assunto. Mas logo se convenceu de que tal padrão de ação era incompatível com o seu dever como professor religioso, e começou a testemunhar de forma modesta sobre a sua discordância com os erros recebidos, em especial em seus discursos ocasionais sobre essas passagens das Escrituras, que obviamente necessitavam uma interpretação que estivesse de acordo com os seus pontos de vista mais amplos sobre a atuação divina na salvação dos pecadores. Isso se tornou uma prática constante de Armínio em 1590. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.21)

Estando estabelecido há mais de dois anos no ministério em Amsterdã, Armínio se uniu em casamento a uma jovem de grandes realizações e piedade eminente, a quem, durante algum tempo antes, ele havia dedicado seus interesses. Seu nome era Elizabeth Real. Seu pai, Laurence Jacobson Real, foi um juiz e senador de Amsterdã, cujo nome está imortalizado nos anais holandeses da época, por causa do papel decisivo que exerceu na promoção da Reforma nos Países Baixos, constantemente durante a tirania espanhola, correndo o risco de perder suas propriedades e sua vida. Com esta senhorita, com quem se casou no dia dezesseis de setembro de 1590, Armínio desfrutou uma felicidade doméstica invejável e ininterrupta. O casal teve sete filhos e duas filhas. Todos morreram na flor de sua juventude, exceto Laurence, que se tornou um comerciante em Amsterdã, e Daniel, que conquistou a mais elevada reputação na profissão da medicina.

Os próximos treze anos da vida de Armínio foram dedicados ao ministério em Amsterdã, com sucesso eminente e grande popularidade, especialmente entre os leigos. Por vezes, sua apresentação ocasional de pontos de vista diferentes dos ministros em torno dele, que eram, quase sem exceção, fortemente calvinistas, o colocou em sérios conflitos. Em 1591, Armínio expôs o sétimo capítulo da Epístola aos Romanos, e em 1593, o nono capítulo da mesma epístola. Nessas exposições, ele apresentou os pontos de vista que estão presentes em seus tratados sobre esses capítulos nesta edição de suas obras, e em cada uma dessas ocasiões, um ânimo considerável foi produzido contra ele. Sua interpretação do sétimo capítulo, em particular, que é substancialmente a mesma adotada por grande parte dos melhores comentaristas modernos, incluindo alguns que se dizem calvinistas, foi contraposta com frequência na época e também posteriormente, com grande aspereza. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.22)

Por volta do final de 1602, ocorreu a morte de Francis Junius, professor de Teologia em Leiden. A atenção dos curadores da universidade foi imediatamente direcionada para Armínio, como a pessoa mais adequada para preencher a cadeira vaga. O convite, que foi devidamente estendido a ele, enfrentou a oposição mais vigorosa por parte das autoridades de Amsterdã, a cuja disposição, como já foi dito, Armínio se comprometeu a dedicar seus serviços durante a vida toda. O consentimento para a sua transferência para Leiden foi finalmente obtido por meio da intercessão especial de Uytenbogardt, o célebre ministro de Haia, de N. Cromhoutius, do Supremo Tribunal da Holanda, e do próprio chefe de estado, Maurício, príncipe de Orange. Muitos dos ministros ultracalvinistas protestaram violentamente contra a chamada a uma posição de tanta importância, ocupada anteriormente por alguém cujos sentimentos sobre pontos considerados vitais eram extremamente heterodoxos em relação aos de Armínio. Neste aspecto, eles tinham o apoio de Francis Gomarus, Professor em Leiden. Esse homem, naquela época e posteriormente, durante a vida de Arminio bem como depois de sua morte, nos debates religiosos que se seguiram entre os “Protestantes” e os “Contra-Protestantes”, manifestou um espírito muito restrito e amargo.

Armínio recebeu o título de Doutor em Divindade pela Universidade de Leiden em onze de julho de 1603, e logo começou a desempenhar as funções de professor de Divindade. Ele percebeu rapidamente que os estudantes de teologia estavam se envolvendo nas controvérsias intrincadas e nas perguntas espinhosas dos escolásticos em vez de se dedicarem ao estudo das Escrituras. Armínio se esforçou imediatamente para corrigir esse mal, e para redirecioná-los à Bíblia como a fonte da verdade. Esses esforços, somados ao fato de que seus pontos de vista sobre a Predestinação eram intragáveis para muitos, proporcionaram a oportunidade e um motivo para acusá-lo de uma tentativa de introduzir inovações. Relatórios ofensivos foram espalhados, e os meios mais injustificáveis foram usados para ferir a reputação de Armínio perante o governo e as igrejas. Armínio suportou esses ataques com grande serenidade, mas não se defendeu publicamente até 1608, quando se justificou de três maneiras diferentes; em primeiro lugar, em uma carta para Hipólito, um Colibus, embaixador das Províncias Unidas do Eleitor Palatino; em segundo lugar, em uma “apologia contra trinta e um artigos”, que, embora escrita em 1608, só foi publicada no ano seguinte; e, por último, em sua nobre “Declaração de Sentimentos”, emitida em trinta de outubro de 1608, perante os Estados, em uma assembleia repleta de ouvintes em Haia. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.23)

No início do ano seguinte, Armínio teve uma desordem biliosa, contraída por trabalhos e estudos incessantes, e por permanecer sentado por muito tempo. Sem dúvida, a inquietação e a angústia produzidas em sua mente pela malevolência de seus oponentes contribuíram muito para essa enfermidade, que se tornou tão violenta a ponto de fazer com que Armínio não fosse capaz de se levantar de sua cama. Mas durante alguns meses, em intervalos, embora com grande dificuldade, ele continuou a ministrar suas aulas e desempenhou outras atribuições de seu cargo de professor, até o dia vinte e cinco de julho, quando realizou um debate público sobre “a vocação dos homens para a salvação” (veja a página 509, que foi o último de seus trabalhos na universidade. A agitação causada por algumas circunstâncias ligadas a essa disputa produziu um violento paroxismo de sua doença, da qual ele nunca se recuperou. Ele permaneceu em dor física aguda, mas sem redução de sua alegria habitual, e com plena aquiescência à vontade de Deus, até o dia dezenove de outubro

de 1609. Naquele dia, por volta do meio-dia, nas palavras de Bertius, “com os olhos voltados para o céu em meio às orações fervorosas dos presentes, Armínio entregou calmamente o seu espírito a Deus, enquanto cada um dos espectadores exclamou: ‘Ó minha alma, permita que eu morra a morte dos justos’”.

Assim viveu, e assim, com a idade de 49 anos, morreu Jacó Armínio, distinto entre os homens pela virtude e pela amabilidade de seu caráter privado, doméstico e social; entre os cristãos, por sua tolerância para com aqueles que divergiam de suas opiniões; entre os pregadores, por seu zelo, eloquência e sucesso; e entre os teólogos, por suas fortes opiniões; embora suas visões teológicas fossem amplas e abrangentes, era habilidoso ao argumentar, além de franco e cortês ao lidar com as controvérsias. Seu lema era “Bona Conscientia Paradisus”. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p.24)

1.2 O Contexto da Teologia Arminiana.

Inicialmente, é necessário compreender que Armínio viveu em um período no qual o protestantismo ainda se encontrava em processo de consolidação doutrinária.

Após as contribuições de Martinho Lutero e João Calvino, as igrejas reformadas buscaram sistematizar seus ensinamentos, especialmente no que se refere à soberania divina e à doutrina da salvação. No contexto holandês, onde Armínio exerceu seu ministério pastoral e sua atividade acadêmica, o calvinismo constituía a principal influência teológica, sendo amplamente aceito nas instituições religiosas e educacionais (GONZÁLEZ, 2011 vol..2 p. 313).

De acordo com GONZALES a teologia desenvolvida por Jacó Armínio (1560–1609) surgiu em um contexto histórico e religioso marcado pelos desdobramentos da Reforma Protestante e pelos debates acerca da doutrina da predestinação. Armínio não iniciou sua trajetória como opositor da teologia reformada, mas como um teólogo formado no interior da tradição calvinista. Porém depois de muito estudo e, tendo interpretações divergentes passou a questionar algumas interpretações calvinista.

1.3 O Desenvolvimento da Teologia de Armínio.

A Teologia de Arminio foi sendo desenvolvida progressivamente a partir de reflexões bíblicas, debates acadêmicos e preocupações pastorais, os quais o conduziram à reinterpretação de determinados aspectos da teologia reformada.

Para GONZALES os debates teológicos na Universidade de Leiden, onde Armínio atuou como professor foi de grande relevância, nesse espaço, ele travou discussões com teólogos reformados, especialmente Francisco Gomaro, que defendia uma interpretação mais tradicional do calvinismo. Esses debates contribuíram para a sistematização das ideias arminianas e, posteriormente, influenciaram o surgimento do movimento remonstrante, que organizou e desenvolveu os princípios teológicos derivados do pensamento de Armínio após sua morte (GONZÁLEZ, 2011 vol.2 p.313).

A predestinação foi um dos fatores determinantes na teologia de Arminio.

Alguns teólogos defendiam interpretações mais rígidas, sustentando que Deus teria decretado, de maneira absoluta e incondicional, quem seria salvo e quem seria condenado. Ao analisar essas posições, Armínio passou a questionar se tais formulações eram plenamente compatíveis com o testemunho bíblico e com o caráter justo e amoroso de Deus. Conforme observa GONZALES, Armínio demonstrava preocupação com interpretações que pudessem comprometer a compreensão da justiça divina ao excluir a responsabilidade humana diante da graça.

Outro fator fundamental no desenvolvimento do pensamento de Arminio foi a influência do humanismo renascentista. Esse movimento incentivava o retorno às fontes originais da fé cristã, especialmente as Escrituras e os escritos dos primeiros teólogos da Igreja.

Armínio recebeu formação acadêmica voltada ao estudo das línguas bíblicas e da exegese textual, o que contribuiu para sua postura crítica diante de sistemas

teológicos já consolidados. Seu método teológico valorizava a interpretação direta das Escrituras como base principal para a formulação doutrinária (GONZALES 2011 vol.2 p.313)

Para OLSON. A fonte primaria de toda a teologia arminiana é o próprio Jacó Arminio. Ele ainda cita que Arminio não acreditava que estivesse acrescentando algo novo a teologia cristã. (OLSON 2013. p. 28,29)

3.Capítulo 2: Pensamento de Arminio acerca do livre arbítrio e da graça.

2.1 O contexto histórico da teologia arminiana.

A **Teologia Arminiana** surgiu no final do século XVI e início do século XVII dentro do contexto das discussões teológicas da Reforma Protestante. Seu desenvolvimento está diretamente ligado ao pensamento do teólogo holandês **Jacó Arminio**, que buscou reinterpretar alguns pontos da teologia reformada, especialmente aqueles relacionados à predestinação, à graça divina e ao livre-arbítrio humano.

Após a **Reforma Protestante**, iniciada por **Martinho Lutero** em 1517, o cristianismo ocidental passou por profundas transformações doutrinárias. Entre os principais ramos da Reforma estava a tradição reformada desenvolvida por **João Calvino**, cuja teologia enfatizava fortemente a soberania absoluta de Deus e a doutrina da predestinação incondicional.

No final do século XVI, dentro da própria igreja reformada nos **Países Baixos**, surgiram debates sobre a interpretação dessas doutrinas. Foi nesse ambiente acadêmico e religioso que Jacó Arminio, professor de teologia na **Universidade de Leiden**, começou a questionar algumas conclusões do calvinismo clássico, especialmente a ideia de que Deus teria predestinado alguns indivíduos para a salvação e outros para a condenação de maneira absoluta e irrevogável.

Após a morte de Arminio, seus seguidores sistematizaram suas ideias em um documento conhecido como **Remonstrância**, apresentado em 1610 aos Estados Gerais dos Países Baixos. Nesse documento foram expostos cinco pontos principais que expressavam a compreensão arminiana da salvação, incluindo a eleição condicional, a expiação universal, da graça previniente, a possibilidade de resistir à graça e o debate sobre a possibilidade de perda da salvação.

Essas discussões levaram à convocação do **Sínodo de Dort**, que reuniu líderes reformados para avaliar as teses arminianas. O sínodo rejeitou oficialmente as

posições da Remonstrância e formulou a resposta calvinista que mais tarde seria conhecida pelos “Cinco Pontos do Calvinismo”. (OLSON 2001 p. 472-475)

2.1.1 Contexto teológico

Do ponto de vista teológico, a Teologia Arminiana procura manter um equilíbrio entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana. Armínio não negava a centralidade da graça divina na salvação; pelo contrário, afirmava que o ser humano, por causa do pecado, é incapaz de voltar-se para Deus por si mesmo. Entretanto, ele defendia que Deus concede a todos os seres humanos uma graça preveniente que restaura a capacidade de responder ao evangelho.

Nesse sentido, a eleição divina seria condicionada à fé prevista por Deus, ou seja, Deus elege para a salvação aqueles que responderão positivamente à sua graça. Assim, o ser humano possui verdadeira responsabilidade moral diante da oferta da salvação.

Outro aspecto importante do pensamento arminiano é a compreensão dinâmica da vida cristã. Muitos teólogos dentro dessa tradição defendem que, embora a salvação seja iniciada pela graça divina, o crente deve perseverar na fé, sendo possível, em determinadas interpretações, que alguém se afaste de Cristo e perca a salvação caso abandone a fé. (OLSON 2013 p.45-47)

2.1.2 A condição humana e a depravação.

Na teologia de Armínio, a doutrina da depravação total ocupa lugar Central na compreensão da condição humana após a Queda. Diferentemente de interpretações superficiais que o associam a uma visão otimista da natureza humana, Armínio sustentava que o ser humano, em seu estado natural, encontra-se profundamente corrompido pelo pecado e absolutamente incapaz de voltar-se para Deus por iniciativa própria.

Para Armínio, a queda de Adão resultou em uma corrupção que afeta a totalidade do ser humano — entendimento, vontade e afeições. Essa corrupção não

significa que o homem seja tão mal quanto poderia ser, mas que o pecado atingiu todas as dimensões da natureza humana, tornando-o espiritualmente morto e incapaz de produzir qualquer bem salvífico sem a intervenção da graça divina. Assim, a depravação é **total em extensão**, pois compromete toda a natureza humana, e **radical em profundidade**, pois impede qualquer movimento autônomo em direção à salvação.

Armínio afirma explicitamente que o livre-arbítrio humano, após a Queda, não foi destruído em sua estrutura natural, mas perdeu sua capacidade espiritual. O ser humano mantém faculdades racionais e volitivas, porém está moralmente incapacitado para escolher o bem espiritual. Em suas palavras, o homem está em “estado de pecado” e, portanto, “não pode pensar, querer ou fazer o que é verdadeiramente bom” sem a graça de Deus operando nele.

Essa posição aproxima Armínio da tradição agostiniana e reformada quanto ao diagnóstico da miséria humana. A diferença central não está na gravidade da depravação, mas no modo como Deus age para restaurar a possibilidade de salvação. Armínio defende que Deus concede **graça preveniente** a todos os seres humanos, capacitando-os a responder ao evangelho. Essa graça não força à vontade, mas liberta-a da escravidão do pecado, tornando possível cooperar com a ação divina. A salvação continua sendo inteiramente dependente da iniciativa de Deus; contudo, a resposta humana é possibilitada pela graça que restaura a liberdade moral. (ARMÍNIO 2015 vol.1 p. 284-285)

O homem continua dependendo inteiramente de Deus, pois não tem como aquele que está morto responder se não for por meio da graça, efésios 2:1 diz: Antigamente, por terem desobedecido a Deus e por terem cometido pecados, vocês estavam espiritualmente mortos. (NTLH, Barueri-SP 2001)

Diferente do pensamento comum entre os calvinistas, Armínio e os primeiros remonstrantes não negaram a depravação total. A humanidade está sob a égide do pecado. Todos nascem “filhos da ira”. A antropologia de Armínio e seu imediato seguidor, Episcópio, é pessimista, fato devidamente demonstrado em capítulos

anteriores. Apenas pela graça preveniente o homem é capacitado a crer na mensagem do Evangelho e a fazer qualquer coisa boa. Os remonstrantes disseram “que o ser humano no estado de apostasia e pecado, não pode por si mesmo pensar, desejar ou fazer qualquer coisa que seja verdadeiramente boa. (RODRIGUES 2015 p 113)

Os olhos do teu entendimento estão obscurecidos, de modo que não podem discernir a Deus ou as coisas de Deus, As nuvens da ignorância e do erro descansam sobre ti e te cobrem com a sombra da morte. Nada sabes daquilo que devias conhecer - Deus, o mundo, a ti mesmo. A tua vontade não é mais a vontade de Deus, mas é totalmente perversa e transviada de todo o bem, de tudo aquilo que Deus ama e se inclina a todo mal, a toda abominação que Deus odeia. (BURTNER E CHILES 1995 p 113)

Portanto, na teologia arminiana clássica, a doutrina da depravação total cumpre duas funções essenciais:

1. **Exaltar a necessidade absoluta da graça divina.**
2. **Negar qualquer mérito humano na origem da salvação.**

2.1.3 A graça preveniente e a liberdade da vontade humana.

Armínio faz grande defesa da graça preveniente da liberdade humana, ele desenvolve uma compreensão da salvação que procura harmonizar dois pilares centrais da fé cristã: a soberania da graça divina e a responsabilidade moral do ser humano. Nesse contexto, a doutrina da **graça preveniente** ocupa posição fundamental, pois explica como o pecador, mesmo afetado pela corrupção do pecado, pode responder ao chamado de Deus sem que isso implique mérito humano.

Armínio parte do diagnóstico agostiniano e reformado da incapacidade humana: após a Queda, a vontade encontra-se inclinada ao mal e o ser humano é incapaz de iniciar por si mesmo qualquer movimento salvífico. Assim, nenhuma decisão em direção a Deus pode surgir de forças naturais da vontade. Contudo,

diferentemente do determinismo rígido de parte do calvinismo de sua época, Armínio sustenta que Deus concede uma graça que antecede qualquer resposta humana — a graça preveniente — restaurando a possibilidade real de escolha.

Essa graça é chamada **previniente** porque “vem antes”, isto é, antecede fé, arrependimento e qualquer ato de obediência. Ela não é resultado da iniciativa humana, mas expressão da misericórdia divina universal. Por meio dela, Deus ilumina a mente, desperta a consciência, inclina à vontade e capacita o pecador a cooperar livremente com o Espírito Santo. Portanto, a liberdade humana não é autônoma, mas libertada pela graça.

Armínio afirma que:

“O livre-arbítrio é incapaz de iniciar ou aperfeiçoar qualquer bem verdadeiro e espiritual sem a graça divina que o precede, acompanha e segue.”

Nessa formulação, observa-se que a graça não anula a liberdade; ao contrário, torna-a possível. O ser humano permanece capaz de resistir à graça, o que preserva a responsabilidade moral. Dessa forma, a salvação continua sendo obra primária de Deus, mas não ocorre sem a participação consciente do indivíduo. A cooperação humana, portanto, não constitui mérito, pois até mesmo a capacidade de responder positivamente é dom divino. Armínio rejeita tanto o pelagianismo (que exalta a autonomia humana) quanto o monergismo determinista absoluto (que elimina a responsabilidade pessoal). Sua proposta é sinergista: Deus age primeiro e decisivamente, mas o ser humano responde de modo livre e real.

Teologicamente, essa compreensão sustenta três princípios centrais:

1. **Prioridade da graça** — toda iniciativa salvífica procede de Deus.
2. **Restauração da liberdade** — a graça capacita a vontade humana.
3. **Responsabilidade moral** — o ser humano pode aceitar ou resistir.

Assim, a doutrina da graça preveniente constitui o fundamento da visão arminiana de liberdade: não se trata de independência em relação a

Deus, mas liberdade restaurada pela ação graciosa do próprio Deus. (ARMINIO 2015 vol.2 p. 306-308).

2.1.3 O livre arbítrio e a responsabilidade humana

A Reflexão teológica de Arminio sobre livre-arbítrio e a graça constitui o núcleo do seu sistema soteriológico. Diferentemente de uma ruptura radical com a tradição reformada, seu pensamento se apresenta como uma tentativa de reformulação interna, buscando preservar simultaneamente a soberania divina e a responsabilidade humana.

Em seu livro obras de Arminio volume 1 ele declara: Em sua condição primitiva, tendo vindo das mãos do Criador, o homem foi dotado com uma porção de conhecimento, santidade e poder, para capacitá-lo a entender, estimar, considerar, desejar e fazer o bem, de acordo com o que lhe foi dado como missão. No entanto, ele não podia realizar nenhum desses atos, exceto com o auxílio da graça divina. (ARMINIO 2015 vol.1 p.284)

Para MARIANO o livre-arbítrio defendido pelos arminianos é o livre-arbítrio libertário. Livre-arbítrio libertário, definido de maneira simples, é a habilidade de se fazer algo e de não se fazer algo. Essa ideia envolve a habilidade de se poder escolher entre pelo menos duas coisas, ou seja, entre poder resistir à graça de Deus e não resistir a graça de Deus, (MARIANO 2015.p 27)

Em resposta a Evódio em seu livro o livre-arbítrio Santo Agostinho diz: Tu te lembraste com exatidão dos assuntos propostos. Notaste perfeitamente que a segunda questão: Que todo bem procede de Deus, está explicada. Mas deverias ter notado que também esta, a terceira, está resolvida. Pois parecia a ti, como dizias, que o livre-arbítrio da vontade não devia nos ter sido dado, visto que as pessoas se servem dele para pecar. Eu opunha à tua opinião que não podemos agir com retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade. (AGOSTINHO 1997 vol.8 p. 88)

O livre arbítrio é a vontade racional. Erasmo de Rotterdam considera que vontade racional é livre e, sendo assim, realiza seu movimento originário em direção ao mundo superior e divino. (NASCIMENTO 2006 p 96)

Agostinho entende que o livre-arbítrio da vontade é um bem concedido ao homem por Deus.

Para ele o homem, ser racional por excelência, é dotado da vontade livre capaz de fazer escolhas livres e responsáveis. Dessa maneira, a vontade livre, utilizando-se do livre-arbítrio, tem a opção de escolher afastar-se ou aproximar-se do bem, respondendo o homem tanto em um quanto noutro caso, visto que o ser humano, para Agostinho, é uma criatura eminentemente moral. E, portanto, responsável pelos seus atos, sejam eles moralmente considerados bens ou maus. (SILVA 2018 p.21,22 e 29).

A Bíblia assevera tanto a realidade do livre-arbítrio humano como a realidade da presciência divina – ou seja, ela afirma a realidade de que Deus sabe de todas as coisas antes de todas as coisas acontecerem sem precisar determinar todas as coisas. Entretanto, uma vez que, à primeira vista, para os menos atentos, a presciência não parece ser algo possível de ser conciliado com o livre-arbítrio, alguns teólogos têm sido tentados a fugir do equilíbrio bíblico, desembocando em um de dois equívocos: ou sustentam a presciência divina colocando em detrimento a liberdade humana ou sustentam a liberdade humana pondo em detrimento a presciência divina. A primeira desembocadura chama-se Calvinismo e a segunda, Teísmo Aberto. (DANIEL, 2017 p, 453)

Dessa forma o livre-arbítrio é uma realidade que não podemos negar, como vimos acima todos esses autores concordam que o homem possui esse livre-arbítrio, sendo assim ele pode fazer as suas escolhas, não por si próprio, mais a graça concedida por Deus o habilita para isso.

2.1.4 Eleição Condicional

A eleição condicional é um dos temas centrais da teologia de Armínio, sendo compreendida como o ato pelo qual Deus escolhe para a salvação aqueles que, pela sua presciência, responderão positivamente à graça mediante a fé em Cristo.

Para ele a eleição se dá segundo a presciência da fé futura, cujo fracasso é possível, integralmente, como dizem alguns, ou finalmente, como dizem outros, e a

reprovação se dá segundo a presciência da incredulidade ou do desprezo ao Evangelho. (ARMÍNIO 2015 v.3 p 476)

Em um questionamento a Willian Perkins, Arminio diz: “Deus quer que todos os homens sejam salvos, se crerem, e que sejam condenados, se não crerem”. Ou seja, Deus fez um decreto para eleger apenas os fiéis e para condenar os incrédulos. (ARMÍNIO 2015 V.3 p 477)

De acordo com Couto. Armínio não concordava com a forma que era ensinado sobre a predestinação.

ele começou, então, uma séria revisão da doutrina da predestinação, particularmente na Epístola aos Romanos. Concentrou-se no capítulo 9, baluarte calvinista de seu dogma. Porém quanto mais se aprofundava Armínio, mais lhe convencia sua investigação de que o ensinamento de Paulo estava em oposição à classe de predestinação que Beza ensinava. Embora Armínio não tivesse abandonado sua crença na predestinação divina, em suas revisões, ele percebeu que os judeus criam que eles haviam sido divinamente predestinados para serem salvos e que nada poderia mudar este ato. Todavia, a Epístola aos Romanos foi escrita exatamente para mostrar a distinção entre a histórica soberania absoluta e as condições da salvação pessoal, a qual sempre é pela fé, não por decretos. (COUTO 2014 p 33,34)

Armínio usa o termo predestinação no sentido soteriológico, com referência à eleição dos crentes e a reprovação dos incrédulos. Mas para deixar mais claro ainda sua perspectiva condicional da eleição. (TITILLO 2015 p 15)

Para Armínio a eleição e a reprovação são condicionadas, respectivamente, à fé e à incredulidade, sendo que os meios necessários à fé são administrados por Deus de maneira justa e imparcial, e não de forma arbitrária. (TITILLO 2015 p 16).

Segundo Silas Daniel a eleição da Igreja, à luz da Bíblia, é um ato soberano de Deus sem demonstrar preferência (haiéromai) e sem “implicar necessariamente a rejeição do que não é escolhido” (eklégomai). Deus não preferiu uns em detrimento de outros. Ele soberanamente estabeleceu Cristo como a provisão universal de Salvação e estabeleceu ainda que a escolha ou separação dos que serão salvos se

dará conforme a união ou não de cada um a Cristo. Ou seja, essa escolha não é baseada em preferências, mas em Cristo. Foi Ele que estabeleceu esse critério, tornando a eleição condicional, sendo esta condição o estar em Cristo, de maneira que o que se perde não se perde porque foi rejeitado por Deus, mas porque rejeitou a Salvação que lhe foi oferecida gratuitamente por Deus através de Cristo. (DANIEL, 2017 p, 500)

Santo Thomas de Aquino diz: Parece que a presciência dos méritos é a causa da predestinação.

1 - Pois, diz a Escritura (Rm 8, 29): porque os que ele conheceu na sua presciência também os destinou. E àquilo do Apóstolo (Rm 9, 15) Eu terei misericórdia com quem me aprouver, etc., diz a Glosa: Terei misericórdia com aquele que prevejo voltará a mim, de todo o coração. Logo, a presciência dos méritos é a causa da predestinação.

2. Demais. A predestinação divina, sendo o propósito de se comiserar, como diz Agostinho, inclui a vontade divina, que não pode ser irracional. Ora, nenhum outro fundamento pode ter a predestinação senão a presciência dos méritos. Logo, esta é a causa ou a razão da predestinação.

3. Demais. — Como diz a Escritura (Rm 9, 14), não há injustiça em Deus. Ora, é injusto que a iguais se dêem coisas desiguais. Mas todos os homens são iguais por natureza e pelo pecado original; ao passo que a desigualdade deles se funda no mérito e no demérito dos próprios atos. Logo, só pela presciência dos diferentes méritos é que Deus prepara situações desiguais aos homens, destinando e reprovando. (Suma teológica. Questão 23. Art.5).

Dessa forma fica muito clara a posição de Armínio na questão da eleição, ele não deixa nenhuma dúvida de que essa eleição é condicional, e se dar pela presciência de Deus, que já sabe de antemão quem será convencido pelo Espírito Santo e aceitará a graça.

A doutrina da graça resistível constitui um dos elementos principais da Soteriologia arminiana, especialmente no pensamento de Jacó Armínio e no desenvolvimento posterior realizado por John Wesley. Essa doutrina afirma que, embora a graça de Deus seja absolutamente necessária para a salvação, ela não atua de maneira irresistível, podendo ser rejeitada pelo ser humano. Tal perspectiva busca preservar tanto a soberania divina quanto a responsabilidade humana.

No pensamento de Armínio, a graça divina é o princípio de todo o bem espiritual, sendo indispensável para iluminar o entendimento, inclinar à vontade e capacitar o ser humano a responder ao chamado de Deus. Contudo, essa graça não anula a liberdade humana. Em suas *Obras*, Armínio afirma que a operação da graça não ocorre de modo coercitivo, mas de forma que o homem possa resistir à sua ação. Conforme expresso em seu livro obras de Arminio ele diz: Creio eu, de acordo com as Escrituras, que muitas pessoas resistem ao Espírito Santo e rejeitam a graça que lhes é oferecida. (ARMÍNIO, 2015 vol.1 p 286).

Arminio afirma: A pessoa sob a influência da graça pode resistir a ela e, para ser salvo, deve aceitá-la livremente por sua própria volição, não resistindo a graça. (OLSON 2013 p 210).

No desenvolvimento da teologia Wesleyana, a doutrina da graça resistível é reafirmada com ênfase pastoral. Wesley combina, na sua concepção de salvação, um senso de completa dependência de Deus com um de completa responsabilidade do homem, e por esses torna inteligível a universalidade do plano redentor de Deus frente ao número aparentemente limitado dos redimidos. Como base da relação de dependência e de responsabilidade está a graça salvadora, capacitando o homem a rejeitar ou deixar-se vencer pela graça de Deus. O homem nunca é totalmente destituído da graça; a graça que ele possui torna a ação imperativa. (BURTNER E CHILES 1995 p 120)

Em um de seus escritos Armínio declarou: “creio, segundo as Escrituras, que muitas pessoas resistem ao Espírito Santo e rejeitam a graça que lhes é oferecida.” (RODRIGUES 2015 p 118)

Os arminianos defendem que a graça de Deus é resistível porque a Bíblia ensina isso, e pelo fato de que, sem isso, o homem não pode ser responsabilizado por não fazer algo para o que ele não foi capacitado por Deus a fazer. (MARIANO 2015, p 42)

Por fim, a doutrina da graça resistível tem implicações significativas para a compreensão da salvação como um relacionamento dinâmico entre Deus e o ser humano. Ela reforça a ideia de que Deus deseja salvar a todos, oferecendo graça suficiente, mas respeita a liberdade da criatura em aceitar ou rejeitar essa oferta. Assim, a graça resistível não diminui o poder de Deus, mas revela seu caráter relacional e amoroso, que não coage, mas convida.

2.2.1 Implicações Soteriológicas do Livre Arbítrio

A discussão acerca do livre-arbítrio possui profundas implicações Soteriológicas, especialmente no âmbito da teologia cristã, onde se debate a relação entre a graça divina e a resposta humana no processo da salvação. No pensamento arminiano, influenciado por Jacó Armínio, o livre-arbítrio não é concebido como autonomia absoluta do ser humano, mas como uma capacidade restaurada pela graça preveniente, o que implica diretamente a compreensão da conversão, perseverança e da responsabilidade moral.

Em primeiro lugar, uma das principais implicações Soteriológicas do livre-arbítrio é a compreensão da salvação como uma relação sinergista entre Deus e o ser humano. Diferentemente de sistemas monergistas, nos quais Deus é o único agente eficaz da salvação, o Arminianismo sustenta que a graça divina capacita o indivíduo a responder livremente ao chamado de Deus. Segundo Armínio: “A graça de Deus é o início, a continuação e a consumação de todo o bem, mas de tal modo que o homem pode resistir a essa graça.” (ARMÍNIO, 2015 vol.1 p 285)

Essa afirmação demonstra que, embora a salvação tenha origem exclusivamente em Deus, sua efetivação envolve a resposta humana, tornando o livre-arbítrio um elemento essencial na dinâmica Soteriológicas.

Outra implicação relevante refere-se à universalidade da oferta da salvação. Se o ser humano possui, pela graça preveniente, a capacidade de responder a Deus, então a salvação pode ser genuinamente oferecida a todos. Nesse sentido, a doutrina do livre-arbítrio sustenta a ideia de que Cristo morreu por toda a humanidade, e não apenas por um grupo predeterminado. Conforme destaca Roger E. Olson:

“O Arminianismo afirma que a expiação é universal, tornando a salvação possível para todos, embora eficaz apenas para os que creem.”(OLSON, 2013 p 44)

Dessa forma, o livre-arbítrio fundamenta a responsabilidade humana em aceitar ou rejeitar a graça salvadora, reforçando o caráter inclusivo da obra redentora.

Outra implicação soteriológica significativa diz respeito à perseverança. No contexto do livre-arbítrio, a continuidade na fé também envolve a responsabilidade humana. Embora Deus conceda a graça suficiente para permanência do crente, este pode, em tese, afastar-se da fé, Arminio demonstra cautela sobre esse ponto, mas admite a possibilidade da apostasia:

“Nunca ensinei que um verdadeiro crente pode cair total e finalmente da fé, mas não nego que há passagens das Escrituras que parecem indicar isso.” (ARMINIO, 2015 vol.1, p 287)

Essa posição abre espaço para o desenvolvimento posterior da doutrina da queda da graça no Arminianismo clássico e wesleyano.

Por fim, o livre-arbítrio possui implicações diretas na doutrina do juízo e da responsabilidade moral. Se o ser humano é capacitado pela graça a escolher, então ele é moralmente responsável por sua decisão. Isso sustenta a justiça divina no julgamento final, pois ninguém será condenado sem ter tido a possibilidade real de responder à graça de Deus.

Assim, a doutrina do livre-arbítrio reforça a coerência entre a graça divina, a responsabilidade humana e a justiça de Deus.

Em síntese, as implicações Soteriológicas do livre-arbítrio são amplas e profundas. Elas envolvem a compreensão da salvação como um processo relacional e sinergista, a universalidade da oferta da graça, a possibilidade de resistência e apostasia, e a fundamentação da responsabilidade moral. Dessa forma, o livre-arbítrio, longe de minimizar a graça divina, evidencia sua amplitude e seu caráter relacional, sendo um elemento central na teologia arminiana.

4.Capítulo 3: A Possibilidade da Perda da Salvação

3.1 A Possibilidade de Apostasia

A teologia de Armínio fundamenta-se na centralidade da graça divina. Para ele, a salvação não é produto do esforço humano, mas resultado exclusivo da ação da graça de Deus, que atua desde o início até a consumação da fé.

Essa concepção está diretamente relacionada à doutrina da graça preveniente, segundo a qual Deus capacita o ser humano, previamente, para responder ao chamado da salvação. Assim, mesmo a fé é entendida como resposta possibilitada pela graça.

Ao tratar da perseverança, Armínio demonstra cautela ao evitar afirmações categóricas. Ele rejeita tanto a ideia de uma segurança absoluta incondicional quanto a de uma perda automática da salvação.

Em um de seus escritos mais citados, declara:

“Nunca ensinei que um verdadeiro crente pode cair total e finalmente da fé e perecer. Contudo, não nego que existam passagens das Escrituras que parecem ensinar isso” (ARMINIO 2015 vol.1 p 287)

Essa dupla afirmação revela a tensão presente em seu pensamento: Embora não afirme a perda da salvação como doutrina, também, também não a descarta completamente.

Em sua *Apologia contra trinta e um artigos*, afirma:

Pois, se “a fé não é peculiar aos eleitos”, e se a perseverança na fé e na salvação pertence apenas à eleição, segue-se que os crentes não apenas têm a possibilidade, mas alguns deles realmente podem, “se distanciar da fé e da salvação”. E, pelo contrário, se é “possível que os crentes finalmente caiam da fé e da salvação”, segue-se que “a fé não é peculiar aos eleitos” (ARMINIO, 2015 V.1 p 36)

Dessa forma, percebe-se que sua abordagem é metodologicamente prudente, evitando conclusões precipitadas.

“De acordo com VAILATTI O teólogo holandês Jacó Arminio (1560-1609) discorreu sobre a possibilidade da perda da salvação e, para compreendermos seu pensamento, devemos considerar duas diferenciações”.

Em primeiro lugar, Arminio traçou uma distinção entre a possibilidade e a realidade da apostasia por parte do crente. De acordo ele, “deve ser feita uma distinção entre o poder e a ação”.

Em segundo lugar, Arminio traça uma distinção entre duas classes de indivíduos, o crente e o eleito. Segundo ele, “crentes e eleitos não são corretamente consideradas as mesmas pessoas” o que vai distinguir o crente do eleito é a perseverança. (VAILATTI, 2025 p, 14,16)

De acordo com o professor Luiz Saião existe uma forma de o cristão perder a salvação que é apostatando da fé, diz ele:

A apostasia significa negar a fé, e quando você diz não quero mais nada com Deus, pra mim tudo isso é bobagem, e de fato dá as costas para o evangelho.

Ele cita o exemplo de Paulo quando fala sobre Demas que amou o presente mundo, e nos deixou, fala também sobre Judas como o exemplo máximo de apostasia. (disponível em: <https://youtu.be/FIVYSEwF3IY?si=2KODBH36qoLz3um1>)

A posição de Armínio pode ser compreendida como uma forma de preservação condicional. Nessa perspectiva:

- . A salvação é concedida pela graça;
- . A permanência nela está condicionada à continuidade na fé;
- . O crente possui responsabilidade real em perseverar.

Essa visão busca equilibrar dois elementos fundamentais:

1. A soberania divina;

Diferentemente do determinismo teológico, Armínio sustenta que a graça pode ser resistida, inclusive após a conversão.

A análise da teologia de Jacó Armínio permite concluir que ele não estabeleceu uma doutrina definitiva sobre a perda da salvação. Sua posição é marcada por equilíbrio e prudência, podendo ser resumida nos seguintes pontos:

- A salvação é totalmente dependente da graça divina;
- O crente é chamado a perseverar na fé;
- Existe a possibilidade de apostasia, mas não uma afirmação dogmática de sua ocorrência.

Essa abordagem mantém aberta a investigação teológica, fundamentando-se na autoridade das Escrituras e influenciando profundamente o desenvolvimento posterior do pensamento arminiano.

3.1.1 Breve Exegese do Texto de Hebreus 6:4-6

Esse texto de Hebreus 6:4–6 constitui um dos textos mais utilizados do Novo Testamento no que se refere à possibilidade de perda da salvação.

O autor da epístola aos Hebreus embora desconhecido, dirige-se a judeus convertidos que enfrentavam o risco de retroceder na fé. Nesse sentido, Hebreus 6:4–6 apresenta uma descrição progressiva de experiências espirituais profundas, seguidas por uma queda igualmente significativa.

O texto diz: É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo,(v 4), e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro,(v 5),e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para o arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia (v 6).

O texto inicia afirmando ser “impossível que aqueles que uma vez foram iluminados”. Sugere uma iluminação espiritual que, em outros contextos do Novo Testamento, está associada à conversão e ao conhecimento salvífico. Em seguida, o

autor declara que tais indivíduos “provaram o dom celestial”. Não indica uma experiência superficial, mas uma participação real, reforçando a ideia de envolvimento genuíno com a graça divina.

O texto também afirma que esses indivíduos “provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro”, indicando contato com a revelação divina e com manifestações do Reino de Deus já presente.

Após essa sequência de privilégios espirituais, o versículo 6 introduz a cláusula decisiva: “e caíram”. Indica uma queda decisiva e deliberada, frequentemente compreendida como apostasia. Não se trata de um tropeço ocasional, mas de um abandono consciente da fé anteriormente professada.

A consequência dessa queda é expressa de forma contundente: “é impossível renová-los outra vez para arrependimento”. A impossibilidade aqui não deve ser entendida como uma limitação do poder divino, mas como o resultado do endurecimento extremo do indivíduo que rejeita deliberadamente a Cristo. Essa rejeição é descrita metaforicamente como “crucificar de novo o Filho de Deus e expô-lo á ignomínia”, evidenciando uma atitude de desprezo público e consciente.

No campo teológico, essa passagem tem sido interpretada de maneiras distintas. A tradição arminiana, representada por Jacó Armínio, entende que o texto descreve crentes genuínos que, por meio do livre-arbítrio, podem apostatar e perder a salvação. Os termos utilizados — como “iluminados” e “participantes do Espírito Santo” — são considerados fortes demais para se referirem a meros simpatizantes ou falsos convertidos.

Por outro lado, a tradição reformada, associada a João Calvino, sustenta que o texto descreve indivíduos que tiveram experiências reais no contexto da comunidade cristã, mas que nunca foram verdadeiramente regenerados. A queda, nesse caso, revelaria a ausência de uma transformação interna genuína.

Apesar das divergências interpretativas, há consenso de que o texto apresenta uma advertência extremamente séria. A progressão lógica da passagem —

iluminação, experiência, participação e queda — culmina em um estado de endurecimento que impede a renovação para o arrependimento.

Assim, Hebreus 6:4–6 enfatiza a responsabilidade associada ao conhecimento da verdade e a gravidade da rejeição deliberada de Cristo. (bíblia JFA, edição revista e atualizada 2002)

3.1.2 Breve Exegese do Texto de 2 Pedro 2:20-22

A perícopa de 2 Pedro 2.20–22 encerra a seção em que o apóstolo Pedro denuncia os falsos mestres e descreve o estado espiritual daqueles que, após terem conhecido a verdade, retornam à corrupção. O texto funciona como uma conclusão intensificada da advertência iniciada no capítulo 2.

A segunda epístola de Pedro foi escrita em um contexto de ameaça doutrinária à igreja primitiva. Falsos mestres promoviam libertinagem e negavam implicações éticas do evangelho.

Se, tendo escapado das contaminações do mundo por meio do conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, encontram-se novamente nelas enredadas e por ela dominados, estão em pior estado do que no princípio. (v, 20)

O termo “conhecimento” indica um conhecimento pleno, experiencial, e não meramente intelectual. Isso sugere que os indivíduos tiveram contato real com a verdade do evangelho.

A expressão “escapado das corrupções do mundo” indica libertação moral inicial, possivelmente associada à conversão ou à influência do evangelho.

Contudo, o retorno à corrupção demonstra derrota espiritual (“vencidos”), indicando uma recaída consciente.

Teria sido melhor que não tivessem conhecido o caminho da justiça, do que, depois de o terem conhecido, voltarem as costas para o santo mandamento que lhes foi transmitido. (v,21)

Aqui, “caminho da justiça” refere-se à vida cristã conforme o evangelho.

O texto estabelece um princípio: maior conhecimento implica maior responsabilidade. A rejeição consciente da verdade traz juízo mais severo.

O “santo mandamento” pode ser entendido como o corpo de ensino apostólico ou o evangelho em sua dimensão ética.

Confirma-se neles que é verdadeiro o provérbio: “O cão volta ao seu vômito” e ainda: “A porca lavada volta a revolver-se na lama”. (v,22)

Aqui o apóstolo Pedro cita provérbios, metaforicamente para falar de pessoas que depois de participarem das coisas do reino, abandonam deliberadamente o Senhor, e voltam as velhas práticas, e dessa forma perdendo tudo o que tinha conquistado.

Arminianos defendem que o texto descreve crentes genuínos que apostataram. O uso de “conhecimento” e “escapado” indica experiência real de salvação, posteriormente perdida.

Essa leitura é coerente com a teologia de Jacó Armínio, que admite a possibilidade de queda da graça.

Para concluir o texto 2 Pedro 2.20–22 apresenta uma das mais severas advertências do Novo Testamento contra o abandono da fé. O texto permanece teologicamente relevante, especialmente no debate sobre a possibilidade de perda da salvação, sendo amplamente utilizado tanto por tradições arminianas quanto reformadas.

3.1.3 Confissão Remonstrante (1621)

A chamada Confissão Remonstrante está diretamente ligada ao movimento teológico dos seguidores de Jacó Armínio, conhecidos como remonstrantes. Esse grupo emergiu no início do século XVII, especialmente após a morte de Armínio, quando seus discípulos sistematizaram seus ensinamentos em um documento conhecido

como Remonstrância (1610). Posteriormente, a tradição remonstrante foi consolidada em textos confessionais mais amplos, como a Confissão Remonstrante de 1621, que apresenta de forma sistemática suas doutrinas.

Após a morte de Armínio, os ataques a seus ensinamentos continuaram tendo como alvo agora os seus seguidores. Logo, com o objetivo de se defenderem desses ataques, 46 pastores e teólogos arminianos resolveram assinar um documento em que expunham e explicavam seu pensamento. Esses arminianos receberam o nome de “Remonstrantes”, expressão derivada do vocábulo holandês *remonstrantse*, que significa “reclamante” ou “protestante”. O documento em defesa do Arminianismo continha cinco pontos e foi elaborado em janeiro de 1610. Seu conteúdo segue abaixo na íntegra:

Artigo 1 – Deus, por um eterno e imutável decreto em Jesus Cristo, seu Filho, antes de ter lançado os fundamentos do mundo, decidiu salvar, dentre a raça humana caída em pecado, os que – em Cristo, por causa de Cristo e através de Cristo – por meio da graça do Espírito Santo, creriam nesse seu Filho, e que, pela mesma graça, perseverariam até o fim nessa fé e obediência de fé; mas, por outro lado, decidiu deixar os impenitentes e descrentes sob o pecado e a ira, condenando-os como alheios a Cristo, conforme a palavra do Evangelho de João 3.36 (“Aquele que crê no Filho tem a vida eterna, mas aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus sobre ele permanece”), e também conforme outras passagens da Escritura.

Artigo 2 – Em concordância com isso, Jesus Cristo, o Salvador do Mundo, morreu por todos e por cada um dos homens, de modo que obteve reconciliação e remissão dos pecados para todos por sua morte na cruz; porém, ninguém é realmente feito participante dessa remissão exceto os crentes, segundo a palavra do Evangelho de João 3.16 (“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”) e da Primeira Epístola de João 2.2 (“E ele é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo”).

Artigo 3 – O homem não possui fé salvadora por si mesmo, nem a partir do poder do seu livre-arbítrio, visto que, em seu estado de apostasia e de pecado, não pode, de si e por si mesmo, pensar, querer ou fazer algo de bom (que seja verdadeiramente bom tal como é, primeiramente, a fé salvífica); mas, é necessário que Deus, em Cristo, pelo seu Espírito Santo, regenere-o e renove-o no intelecto, nas emoções ou na vontade, e em todos os seus poderes, a fim de que ele possa corretamente entender, meditar, querer e prosseguir no que é verdadeiramente bom, como está escrito em João 15.5: “Porque sem mim nada podeis fazer”.

Artigo 4 – Esta graça de Deus é o princípio, o progresso e a consumação de todo o bem, tanto que nem mesmo um homem regenerado pode, por si mesmo, sem essa precedente ou preveniente, excitante, prossequinte e cooperante graça, pensar, querer ou terminar qualquer bem, muito menos resistir a quaisquer tentações para o mal. Por isso, todas as boas obras e boas ações que possam ser pensadas devem ser atribuídas à graça de Deus em Cristo. Mas, em relação ao modo de operação dessa graça, ela não é irresistível, visto que está escrito sobre muitos que “resistiram ao Espírito Santo” (Atos 7) e em muitos outros lugares.

Artigo 5 – Aqueles que são incorporados em Cristo por uma fé verdadeira, e consequentemente são feitos participantes do seu Espírito vivificante, são abundantemente dotados de poder para que possam lutar contra Satanás, contra o pecado, contra o mundo e contra a sua própria carne, e ganhar a vitória. Contudo, sempre (queremos que seja bem entendido) com o auxílio da graça do Espírito Santo, Jesus Cristo os ajuda, pelo seu Espírito, em todas as suas tentações, estende-lhes as suas mãos, apoia-os e fortalece (caso estejam prontos para lutar, queiram o seu socorro e não desistam de si mesmos), de modo que, por nenhum engano ou poder sedutor de Satanás, possam ser arrebatados das mãos de Cristo, conforme o que Cristo disse em João 10.28 (“Ninguém as arrebatará da minha mão”). Mas, se eles não são capazes de, por descuido, esquecer o início de sua vida em Cristo, novamente abraçar o presente mundo, se afastar da santa doutrina que uma vez lhes foi entregue, perder a sua boa consciência e negligenciar a graça, isto deve ser assunto de uma pesquisa mais acurada na Sagrada Escritura, antes que possamos ensiná-lo com inteira persuasão de nossas mentes. Esses artigos, assim definidos e

ensinados, os Remonstrantes consideram estarem de acordo com a Palavra de Deus, idôneos para edificação e, no que diz respeito a este argumento, suficientes para a salvação, de modo que não é necessário ou edificante acrescentar ou diminuir qualquer coisa. (DANIEL, 2017 p, 306,307 e 308)

Essa posição reflete uma continuidade com o pensamento do próprio Jacó Armínio, que evitava afirmações absolutas sobre a impossibilidade da queda final do crente, preferindo uma postura de cautela exegética. A Confissão, portanto, mantém essa tensão: reconhece a suficiência da graça para preservar o crente, mas não elimina a responsabilidade humana de perseverar na fé.

Além disso, a Confissão enfatiza a centralidade da vida cristã prática como evidência da fé genuína. A perseverança não é vista como automática, mas como fruto de uma vida contínua de comunhão com Deus. Isso reforça a dimensão ética da salvação, característica marcante da teologia remonstrante.

Em síntese, a Confissão Remonstrante representa uma tentativa de equilibrar soberania divina e responsabilidade humana, especialmente no que tange à salvação e à possibilidade de sua perda. Sua contribuição teológica permanece relevante para os debates contemporâneos sobre livre-arbítrio, graça e perseverança, oferecendo uma alternativa ao monergismo estrito presente em outras correntes reformadas.

3.1.4 Considerações Finais

A análise da teologia de Jacó Armínio permitiu compreender que seu pensamento representa uma tentativa consistente de harmonizar dois princípios centrais da fé cristã: A soberania de Deus e a responsabilidade humana. Diferentemente de uma ruptura radical com a tradição reformada, Armínio propôs uma releitura de determinados aspectos teológicos, especialmente no que diz respeito à predestinação, à graça e ao livre-arbítrio.

No que se refere ao livre-arbítrio, verificou-se que, embora o ser humano esteja profundamente afetado pela depravação, a graça preveniente atua restaurando sua capacidade de responder ao chamado divino. Dessa forma, a salvação permanece inteiramente dependente da iniciativa de Deus, mas envolve também a resposta consciente do indivíduo, o que fundamenta a responsabilidade moral.

Quanto à possibilidade da perda da salvação, observou-se que Armínio adota uma postura de cautela teológica. Ele não afirma de maneira definitiva que o crente pode perder a salvação, mas também não descarta essa possibilidade, reconhecendo que determinadas passagens bíblicas parecem apontar nessa direção. Essa posição foi posteriormente desenvolvida pelos remonstrantes, que enfatizaram a necessidade da perseverança na fé.

Assim, conclui-se que a teologia arminiana oferece uma compreensão dinâmica da salvação, caracterizada por uma relação contínua entre Deus e o ser humano. Ao destacar tanto a suficiência da graça divina quanto a importância da resposta humana, essa perspectiva contribui para um entendimento mais relacional e responsável da vida cristã.

Por fim, este estudo evidencia que o debate sobre a perda da salvação permanece aberto no campo teológico, sendo necessário continuar a investigação à luz das Escrituras e da tradição cristã, com equilíbrio, responsabilidade e compromisso com a verdade bíblica.

3.1.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMÍNIO, Jacó. As obras de Arminio volume 1. Rio de Janeiro: Ed. CPAD 2015.

ARMÍNIO, Jacó. As obras de Arminio volume 2. Rio de Janeiro: Ed. CPAD 2015.

ARMÍNIO, Jacó. As obras de Armínio volume 3. Rio de Janeiro: Ed. CPAD 2015.

AGOSTINHO, Santo. Patrística vol.8 O Livre-arbítrio. São Paulo. Ed. Paulus 1997.

Bíblia Português Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri -SP: Sociedade Bíblica do Brasil 2001.

Bíblia Português João Ferreira de Almeida, edição Revista e Atualizada. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil 2002.

Bíblia Português Nova Versão Internacional. Santo André- SP: Geográfica Editora 2020.

BURTNER, Robert W. e CHILES, Robert E. Coletânea da Teologia de João Wesley 2 edição Igreja Metodista, Colégio Episcopal, Rio de Janeiro: 1995.

COUTO, Vinicius. Introdução a Teologia Arminio-Wesleyana, São Paulo: ED. Reflexão 2014.

DANIEL, Silas. Arminianismo a Mecânica da Salvação: Uma Exposição Histórica. Doutrinaria e Exegética Sobre a Graça de Deus e a Responsabilidade Humana. Rio de Janeiro: ED. CPAD 2017.

GONZALES, Justo L. história ilustrada do cristianismo: a era dos reformadores até a era inclusa vol.2 São Paulo: editora vida nova 2011.

MARIANO, Wellington. O Que é a Teologia Arminiana? 1 edição São Paulo: ED. Reflexão 2015.

NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. Erasmo e Lutero: O Livre-Arbítrio da Vontade Humana. Artigo revista filos v.18 n.23 p.20-37 Águas Lindas-GO: 2006.

OLSON, Roger E. Teologia Arminiana, Mitos e Realidades. São Paulo: Editora Reflexão 2013.

OLSON, Roger E. História da Teologia Cristã:2000 anos de tradição e reformas. São Paulo: editora vida 2001.

RODRIGUES, Zwínglio. Uma Introdução ao Arminianismo Clássico. Histórias, Doutrinas e Fundamentação Bíblica. Maceió- AL: ED. Sal Cultural 2015

SILVA, Ivan de Oliveira. O LIVRE-ARBÍTRIO DA VONTADE EM AGOSTINHO DE HIPONA: O DILEMA DA VONTADE LIVRE E A RESPONSABILIDADE MORAL DO SER HUMANO: Artigo Revista Trama Interdisciplinar v.9 n.3 p. 89-103 São Paulo: 2018.

TITILLO, Thiago. Eleição Condicional 1 edição. São Paulo: ED. Reflexão 2015.

THOMÁS DE AQUINO, Santo. Suma Teológica, questão 23. Artigo 5.

VAILATTI, Carlos Augusto. O cristão pode perder a salvação? Resposta Arminiana 1 edição. Rio de Janeiro: ED. Thomas Nelson Brasil 2025.

<https://youtu.be/FIVYSEwF3IY?si=2KODBH36qoLz3um1>